

Uma Fronteira Insubordinada: um olhar fronteiriço para o Estado.¹

Isis Karinae Pereira (PPGAS-UFRGS)

Resumo: O Estado se constitui como objeto de pesquisa ao ser percebido e analisado pelas dinâmicas diárias de moradores das cidades de fronteira Santana do Livramento - Brasil e Rivera- Uruguai. Essas dinâmicas, constituídas preponderantemente na informalidade, atestam o quanto o Estado é construído pelas/os cidadãs/os. As relações entre Estado/cidadã/o e Estado/fronteira transformam esses objetos de estudo em agentes de ação, os tornando responsáveis e donos da pesquisa. Há uma reviravolta de objetos e de observadores/as quando deixamos de pensar na visão que o Estado tem dos sujeitos que habitam as áreas limítrofes do país para analisar qual o olhar dessas pessoas, desde uma região periférica, para o Estado. Conceitos tais como "identidade", "cidadania" e "nação" serão analisados pela concepção dos/as habitantes da fronteira. Os documentos de identidade e seus modos de obtenção integram a etnografia em questão. Serão analisados documentos de identidade como certidões de nascimento e de casamento, RG, CPF, cartão do SUS, carteira de trabalho, carteira de motorista, histórico escolar (para poder perceber a transição, se há, entre os dois países), assim como também cartões de crédito, crediários, cartas de posse de casas e de carros.

Palavras-chave: fronteira, cidadania, Estado, documentos de identidade, etnografia.

O objetivo deste artigo é oferecer ao leitor dois momentos da leitura de um material etnográfico sobre a experiência de fronteira por parte de populações fronteiriças, problematizando o que compreendemos sobre a noção de Estado. Primeiro, evidenciar a compreensão que carregava para campo e, no momento, como tais considerações passam a ser reenquadradas a partir das reflexões sobre autoras como Veena Das e Deborah Poole que propõem pensarmos as margens do Estado.

“- 5:15, falou Madalena acordando seu marido

Mal acabara de falar o galo preto começou a cantar a sua sinfonia diária. Basílio se levantou como de costume, com o pé direito tocando o chão gelado, “carajo, onde que tá aquele tapete?” pensou bravo, mas continuou o seu acordar nada diferente. Colocou lenha no fogão e o ascendeu, enquanto que a chapa esquentava encheu a chaleira velha de sua sogra já falecida com água. Fazia tudo como de costume, nada de diferente, não gostava de novos hábitos, se os velhos eram bons não tinha porque

¹ V ENADIR GT 09- Antropologia do Estado

mudar. Mas hoje era um dia diferente, depois de dois anos da insistência de muita gente, seu Basílio finalmente iria tirar a aposentadoria uruguaia.

Seu Basílio é um uruguaio muito correto e não gosta de fazer coisas diferentes. Apesar de ser uruguaio sempre trabalhou do lado de cá da fronteira, no Brasil, portanto sua aposentadoria é brasileira. Mas por ser uruguaio todos acreditam que ele tem direito a sua aposentadoria do lado de lá também. Acreditem ou não, ele somente nasceu no Uruguai, porque além da certidão de nascimento, ou melhor, partida de nascimento, seu Basílio não tinha mais nenhum documento.

Estava desconfortável com a situação, temia ser pego ganhando duas aposentadorias e perder tudo. Mesmo contra-vontade, seu Basílio depois de ter tomado seu chimarrão com galletas e ter colocado a sua melhor roupa e colocado a pasta com seus documentos em baixo do braço pegou o ônibus para ir ao lado uruguaio da fronteira ter essa tal jubilación.

Basílio e Madalena moravam na mesma casa há mais de 40 anos, uma pequena casa branca de poucos aposentos e muitas plantas verdes. Se juntaram, como costumavam dizer, por Madalena ter ficado grávida, foram morar em um pedaço de terra há poucos passos da casa da mãe de Madalena. Ela era brasileira e mal sabia que do outro lado era outro país, mal sabia que existia outro lado, era mais da mesma gente.

Trabalhavam juntos num grande frigorífico inglês, uma grande indústria instalada do lado Brasil da fronteira. Aos poucos, trabalhando no Brasil, casado com brasileira, pai de brasileiro, Basílio tinha se tornado mais brasileiro que muito brasileiro. Nunca soube falar espanhol, para ele sempre tinha existido uma língua só, a que ele falava, e burro era aquele que não entendia.

Saiu de casa bem cedo, com a sua melhor roupa e uma pasta de documentos embaixo do braço. Pegou o ônibus na esquina da sua casa, já não pagava passagem e conhecia o motorista e cobrador, contou para eles a sua aventura do dia, mostrando preocupação. Desceu na margem da fronteira, caminhou até o outro lado e pegou o ônibus uruguaio, onde ele pagava passagem. Chegou na frente do Banco e lá foi ele com a sua pasta de documentos.

Mesmo não tendo seus direitos garantidos por já ter aposentadoria brasileira, seu Basílio foi até o banco solicitar a sua jubilación. Chegando lá mostrou sua certidão de nascimento amarelada e amassada, sua cédula de identidad brilhante de nova e uma conta de luz riscada e assinada por um nome indecifrável.

-Usted vive en Cordón 284?- Pergunta a moça desconfiada

-Sim, moro de favor na casa de velhos amigos- respondeu praticamente tremendo

Basílio havia pedido para uns velhos amigos uma conta de luz e uma declaração deles afirmando que ele morava ali para poder ter um endereço uruguaio.

- Lo bueno es que la dirección es de barrio, así ni nos fijamos, porque queda lejos. – Interrompeu a servidora vendo o desespero do velho Basílio”. (PEREIRA, 2017, Diário de Campo)

Seu Basilio e Dona Madalena nunca existiram, ou melhor, existem um pouco em cada *fronteiriço*, em cada sujeito periférico, em cada cidadão não modelo. Imagine a situação desse relato ocorrendo num lugar distante, como nas margens de um país grande como o Brasil, mas poderia ocorrer também numa favela de uma grande cidade, de um país de primeiro mundo, com personagens com outros nomes e nacionalidades, mas tentando de algum jeito que negociar a cidadania para ter seus direitos garantidos.

Podem existir certas características desses personagens que se repetem, e certos personagens que fazem parte da trama para ela ser possível. Se seu Basílio não tivesse como acessar outra cidadania, se ele não carregasse uma pasta com documentos, se a servidora que o atendeu não existisse, se ela não tivesse sido indiferente no quesito realizar a visita, a história não teria o mesmo sentido. A produção da indiferença, provocada pela burocracia estatal, gera na fronteira, ao contrário do que Ferguson (1994) afirma, a possibilidade de Basílio ter acesso à jubilación², ou seja a um direito, um bem-estar, já que para os fronteiriços com que convivi uma segunda aposentadoria é um aumento de renda e por conseqüência ter uma vida mais tranquila.

O relato apresentado demonstra essa relação direta entre as pessoas e esse suposto Estado desenhado como inalcançável. Atos como conseguir uma aposentadoria tornam evidente o Estado como sendo algo permeável, construído e alcançável. O Estado brasileiro é um modelo criado a partir de conceitos europeus, com características centralizantes e intervencionistas e com perspectivas de ordem e progresso, com o objetivo de organizar a vida das pessoas (BORDIEU, 2014). É criador, mesmo que de mal grado, de informalidades, como é o caso da atividade realizada por Basílio e a moça do banco. No entanto, a idéia de Estado central permanece no discurso de muitas pessoas e na prática de algumas políticas. Ele pode ser estudado a partir das contradições entre o modelo ideal e a prática do cotidiano, e da produção de descentralidades, compreendendo, desse modo, o surgimento e manutenção de informalidades.

Por meio do método etnográfico, a Antropologia permite a análise das práticas consideradas ilegais, percebidas no cotidiano de seus praticantes, pessoas que são excluídas do sistema pela criação de modelos de cidadania, assim como suas práticas, tornam-se supostamente invisíveis. A relação entre Estado e fronteira demonstra a criação de políticas que consideram as situações do espaço, enquanto a relação entre Estado e fronteiriços/as demonstra quanto o sistema burocrático não absolutamente dotado de lógicas racionais e

² Jubilación em espanhol é aposentadoria. Vou usar a palavra sem traduzir, por ser um ato que acontece no Uruguai e ser assim que as pessoas falam.

impessoais como propõe Weber (1974). Ao sermos treinados/as para observar e ouvir o mundo do cotidiano, o Estado pode se tornar um objeto de estudo válido: “acredita-se que nossa produção desmascare a centralidade do Estado, para deixar de compreendê-lo como uma entidade distante e superior, e percebê-lo como constituído por cidadãos, entre eles antropólogos” (CABRAL, 1993 *apud* PEREIRA, 2015).

As margens são bons lugares para se estudarem o Estado, pois são essenciais para a configuração dele, como um componente necessário da regra. Pensando como políticas de controle e reformas econômicas formam o Estado, produzindo fraquezas e encolhimento nas regulamentações. A proposta de estudos das margens na antropologia é repensar as fronteiras entre o centro e periferia, público e privado, legal e ilegal (DAS & POOLE, 2004)

Parte I – Um suposto Estado desestabilizado

Ao criar modelos como o de cidadania, o Estado exclui todos aqueles que não se encaixam, possibilitando situações de informalidade, enfoque desta pesquisa. Coloca-se em desconstrução o conceito de cidadania, pensado a partir de algo criado com intenções determinadas, incluindo e excluindo indivíduos. Como foi possível perceber até o momento, o *ethos* fronteiriço aparenta ser maior do que o modelo de cidadão brasileiro ou/e uruguaio, passando de um modelo construído (estrutura) a uma realidade suposta (*habitus*) (DE CERTEAU, 1998, p. 127).

A discussão em questão se apresenta a partir de um ponto territorial específico, num lugar marginal preciso, numa fronteira em especial, a das cidades de Santana do Livramento, Brasil e Rivera, Uruguai. O trabalho de campo é realizado a partir de algumas imersões desde 2014. Torna-se importante ressaltar que eu sou dessa região e minha experiência enquanto fronteiriça é colocada nas tramas junto com as histórias de vida de Basílio, Madalena e muitos outros fronteiriços que tive o prazer de conviver. O relato de Basílio com qual comecei o artigo não é completamente verdadeiro, não existe nenhum homem com quem conversei que se chamasse Basílio, talvez Madalena não fosse a esposa. A casa pode que não seja branca, pode ser que eles nunca tenham trabalhado no frigorífico e que não fossem eles a forjar um endereço para obter aposentadoria, poderia ser para outra coisa. Pode ser que até eu fronteiriça faça parte de algum jeito dessa história.

Assumamos que Basílio e Madalena são personagens como Madame Bovary o é, isso me ajudou, enquanto antropóloga a tornar as coisas mais abstratas e passíveis de se repetirem

em outras situações³. Para o leitor é provocar o seu eu Basílio, a final de contas pode ser que você já tenha inventado um endereço pra se atender num postinho melhor, ou qualquer outra coisa. Ou simplesmente essas sejam realidades somente de todos aqueles sujeitos que são Basílios, ou seja são marginais, sem seus direitos garantidos, os personagens das minhas tramas.

O que é possível aprender com seu Basílio? Percebemos então que existem diversos sujeitos que por estarem em um espaço marginal que possibilita táticas do cotidiano (DE CERTEAU, 1998) sem serem facilmente sancionadas, conseguem acesso a certos benefícios com facilidade. Uma fronteira aberta como a de Santana do Livramento e Rivera tornam mais fácil acessar o Estado por estratégias não convencionais. Por essa razão a fronteira não é vista como um limite territorial na vida dos fronteiriços, pois ela possibilita inúmeras situações classificadas por eles como vantajosas. A escolha de morar de um lado ou de outro da fronteira é feita estrategicamente para acessar certos benefícios do Estado, havendo inúmeros casos de pessoas que possuem dois endereços, um no Brasil e um no Uruguai, para assim, ter um contato oficial em ambos os países. Sendo esta uma estratégia, já que normalmente as pessoas usam o endereço de algum conhecido, como é o caso de Seu Basílio com seus amigos.

A obtenção de documentos de outra cidadania também se constitui como um conjunto de estratégias compartilhadas socialmente pelos/as fronteiriços/as. Não importa o que diz nos documentos, mas sim o ato de fazer um documento, o efeito de ter esses documentos, de estar inscrito no Estado (FERGUSON, 1994). Para Gupta (2012, p.208) os documentos “incorporam” e congelam o poder do Estado, eles foram investidos com aura do Estado, são um ato (GUPTA, 2012, P.208). Os dados levantados durante a pesquisa prévia demonstram, pelo contrário, certa metamorfose dos papéis, nada é de fato congelado, nenhuma identidade é eterna e nenhum sujeito preso a uma identidade. O incorporar-se a uma nova identidade, no caso um uruguaio, ter sido por muito tempo brasileiro, e na velhice voltar a ser uruguaio é um ato de refabricar-se (JARDIM, 2017). Isso se tornou observável a partir das descrições dos modos pelos quais os entrevistados obtiverem carteira de identidade, título de eleitor, CPF, registro de casamento e de bens móveis em ambos os países. Eles/as têm conhecimento de que praticam ações consideradas ilegais, mas que acabam se tornando práticas culturalmente aceitas. A idéia de uma margem isolada com moradores sem acesso a seus direitos, esquecidos pelo Estado é substituída por sujeitos, que por estarem numa situação marginal, se vêm detentores de suas identidades, cidadania e de seus direitos em dois centros simultaneamente.

³ Este exercício de apresentar a fronteira a partir de personagens foi realizado de modo mais completo no TCC.

A oposição centro e periferia é facilmente descartada nestas situações, a periferia abandonada se torna centro em dois países. As táticas do cotidiano (DE CERTEAU, 1998) dos fronteiriços os retiram de viver situações de desvantagem.

Vamos acrescentar ao enredo mais uma personagem, Marília, fronteira de 52 anos, mora exatamente na fronteira, a poucos metros de um marco de pedra caído, que ela usa para amarrar uma das pontas do varal para estender a roupa. Marília descobriu há menos de um ano que tem um grave problema no coração, depois de um aperto no peito seus filhos a levaram ao médico no Brasil, lá ela ficou sentada por muitas horas esperando para ser atendida e foi. Desde o início tudo era demorado, difícil acesso, falaram que para se operar pelo SUS iria demorar muito e mais outras coisas como o preço do tratamento. Conversando com uma vizinha ela descobriu que no hospital do Uruguai os processos eram bem mais ágeis e de graça, foi quando começou a empreitada de virar uruguaia.

Com a ajuda de parentes, vizinhos e agentes do Estado Marília se tornou uruguaia. Lembrou-se que seu pai já falecido tinha documentos uruguaio o que facilitaria o processo de sua nova cidadania. Os trâmites foram tranquilos e sem impedimentos em pouco tempo ela já tinha em mãos sua cédula de identidade. As consultas no Uruguai sempre ocorreram de modo tranquilo, com agendamento prévio e remédios de graça. A surpresa foi quando ela precisou fazer parte do tratamento em Montevideo e o hospital pagava a sua passagem e a do seu esposo. Ela insistiu com a moça que a estava atendendo que seu esposo não poderia ir, pois ela brasileiro e nem um pouco uruguaio, a moça, por outro lado, insistia que não havia problema, que tudo iria ocorrer tranquilamente.

Foi a primeira vez que Marília e seu esposo viajaram, aquela que era para ser uma viagem apavorantemente médica, se tornou a sua primeira lua de mel. As histórias das aventuras que os dois tiveram tanto no hospital como passeando pela cidade são de deixar qualquer um curioso para saber mais.

Perguntaram-me, não faz muito tempo, qual era o preço de uma cidadania? Se eu tivesse que responder, teria que perguntar “pra quem?”, pois para seu Basílio deve custar uma aposentadoria por mês, mas para Marília é seu coração voltar a bater normalmente. O custo para conseguir essa cidadania foi ser fronteira e ter uma boa rede de amigos e algum dinheiro para fazer os trâmites legais, aliás \$505 (pesos uruguaio).

O Estado parece ser o criador dessa dualidade (QUADRELLI, 2002). É ele que delimita um Brasil e um Uruguai, sendo essa delimitação reduzida pelos/as fronteiriços/as ao que eles/as chamam de “do lado de cá” e “do lado de lá”. A dualidade entre o legal e o ilegal também se reduz nas situações ocorridas, visto que existe um modo de ser e fazer (DE

CERTEAU, 1998) que é compartilhado culturalmente. As questões legais foram as criadoras dessas informalidades, e é por isso que se torna possível perceber o espaço do Estado na fronteira através delas (AZAISS, KESSLER & TELLES, 2012).

A etnografia me demonstrou, a partir da observação das dinâmicas diárias constituídas na informalidade, o quanto o Estado se apresenta na região em moldes não tradicionais. Essas informalidades desafiam a ordem e o progresso do Estado e, por outro lado, reforçam a emergência de translocalidades. As situações de fronteira criadas pelos/as fronteiriços/as são compartilhadas de um modo mais abrangente do que o Estado é capaz de suportar (APPADURAI, 1997), dirigindo a pesquisa à problematização da relação entre Estado/fronteiriço/a e Estado/fronteira para compreender o perfil do Estado no espaço estudado, demonstrando sua descentralidade.

Parte II – Um Estado (re)construído

É preciso desnaturalizar a idéia de Estado e passar a compreendê-lo como algo construído permanentemente, e que os cidadãos, sejam eles fronteiriços ou não também são criadores desse Estado, junto a tecnologia dos governos e processos de cadastramento, por exemplo. Weber (1974) fala em processos de formação e de construção das nações, mas ele tinha uma visão muito ideal do Estado e da Nação, mas o importante é já se falar em se fazer o Estado. Para Foucault (1979) o Estado é resultado das tecnologias do governo. Quando se fala que o Estado se faz a partir dos seus efeitos, refere-se, por exemplo, a como os cidadãos respondem a toda essa tecnologia para se tornarem cidadãos.

Os fronteiriços não falam em Estado, mas sim em governo (SOUZA LIMA, 2012), se referem a tratar com o governo e a cara do governo são os governantes. Porém, nas repartições públicas, como onde se faz a cédula de identidad (Dirección General de Identidad – DGI) estão estampados cartazes falando em Estado e outros explicando didaticamente aos cidadãos o novo documento de identidade. Este novo documento substitui a antiga cédula de identidad, ele é colocado como mais moderno, já que todas as informações dos cidadãos estariam digitalizadas e de fácil acesso a partir dos chips que o documento tem inserido. O antigo documento era um papel plastificado, com uma foto impressa, a firma e a digital do dedo estavam feitos naquele papel. O documento moderno é um cartão com chips, igual a um cartão de crédito. Esse documento tem o MZR (machine, readable-zone), o mesmo que tem no passaporte, que permite que seja um documento de viagem. Com o chip invisível, é possível ter acesso aos dados que estão impressos no documento, os dados de filiação e o MZR. O chip

visível pode ser lido com um leitor simples e permite aos cidadãos autenticar documentos perante sua digital. Isso é garantido quando no momento de entrega do documento o cidadão insere um código pin que o permitirá fazer uso do chamado aplicativo “match on card”. Um dado importante é o documento estar impresso em espanhol e português, a justificativa se dá por que estas serem as línguas oficiais do Mercosul e terem objetivo que o documento seja validado em toda a região.

As propagandas de incentivo a fazer o novo documento afirmam que este é mais seguro e um modo mais eficiente de estar em contato com o Estado. Assumamos essa nova medida do Estado uruguaio como sendo uma tática do governo de manutenção, de reprodução da soberania a partir do território (FOUCAULT, 1979). Ressalto que nos cartazes havia informação de que um dos chips facilitaria em viagens, um leitor de chip facilmente conseguiria ver todos os dados do indivíduo, tornando o processo de migrações mais fluído, como eles afirmam. A questão é que agora está na mão de mais pessoas as informações pessoais dos cidadãos (PEIRANO, 2002). Nessa ação o Estado está sendo feito, além de estar sendo materializado na vida das pessoas. Os documentos são importantes de serem observados, pois eles constroem uma biografia oficial dos indivíduos, um ser caracterizado e comparável aos outros (FOUCAULT, 1979).

Além de comparáveis são diferenciáveis de todos aqueles que não vivam no território nacional, ou seja, dentro das fronteiras. O interessante de observar, é que as fronteiras, funcionam como além de um contínuo sociocultural (FALHAUBER, 2005), como o espaço fluído onde culturas de distintas nações entram em contato e criam algo novo. A cultura não está presa a um espaço determinado e não termina no marco de pedra demarcador da fronteira, ela continua seu fluxo junto com as pessoas que habitam os dois lados da fronteira. Nestes espaços fluídos se tornam evidentes as similaridades culturais e não somente as diferenças, se torna visível a porosidade das nações (GUPTA & FERGUSON, 1992).

O modelo ideal de Estado tem uma lógica purista, mantendo um idioma e uma cultura oficial, e seus cidadãos, apenas eles, dentro de suas fronteiras territoriais. Como um projeto incompleto deve ser constantemente enunciado e imaginado colocando para fora os perigos. As margens são conhecidas como o lugar da desordem, mas também é visto como o lugar da resistência, tendo sempre que redefinir seus modos de governar e legislar. Mas a realidade é que é uma mentira que as fronteiras funcionem como protetoras de culturas e idiomas, e regulem os fluxos de indivíduos. Funciona como uma performance de controle de fronteiras, já que é importante definir cidadãos e espaços. A margem quando considerada um periferia oposta ao centro é colocar os seus habitantes como pessoas insuficientemente socializadas e

vivendo em desvantagem. Os fronteiriços em questão muitas vezes não sabem falar o espanhol ou o português, mas isso não deve ser visto como falta de socialização, nem como desvantagem, nem oportunhol como algo a ser superado. Mas sim como uma socialização em um espaço com lógicas próprias que tornam a margem em uma vantagem e oportunhol como um bilingüismo (DAS & POOLE, 2004; GUPTA & FERGUSON, 1992).

Leis do centro do país são usadas na periferia, o que muitas vezes não se torna efetivo, pois elas são criadas para situações e pessoas em específico. As leis são usadas como táticas do governo de controle, ao não se encaixarem e não fazerem sentido, os sujeitos criam novas táticas. O meio de efetivação dessas leis é por meio da força, dominação e coerção. A governamentalidade é a micro física do poder, e a partir dessa governabilização que o Estado sobrevive. Nessas novas táticas criadas pelos indivíduos, eles estão contestando o Estado, é uma contra-partida, os fronteiriços, no caso, usam dessas normas para ter mais fluidez e acessibilidade a benefícios. Para Foucault faria mais sentido parar de pensarmos qual a natureza do Estado, para discutirmos a Arte de Governar, e essas táticas e contra-táticas tornam evidente esse governar (FOUCAULT, 1979).

Essa ilegibilidade das práticas do Estado fazem com que ele seja constantemente experimentado e construído. Práticas informais e consideradas ilegais fazem com que o Estado reveja os seus atos. Por exemplo, economias de movimentação, como o contrabando, fazem com que o controle na entrada e saída dos países seja maior. A falsificação e circulação de documentos é uma sabotagem incitando a criação de novas tecnologias, como a nova cédula de identidade com dois chips. Esse controle é um espaço de tensão, onde direitos e identidades podem ser repentinamente negados, mas também é um espaço de negociação e performance. No caso do contrabando, os sujeitos fazem questão de mostrar identidades, falar onde moram, o que carregam, que são trabalhadores, que aquilo que estão carregando são só alimentos. Os policiais que fazem o controle são oriundos das fronteiras, conhecidos pelas pessoas. Esses funcionários do Estado fronteiriços são que manipulam esses documentos (DAS & POOLE, 2004).

Considerações finais

Como pudemos mostrar, a cena oferecida nos permite reencontrar o Estado no trabalho de campo a partir de suas inúmeras repercussões na vida das pessoas. Seu Basílio, Madalena, Marília, outros fronteiriços, eu e você estamos em contato com o Estado e o construímos em

pequenas ações como pedir aposentadoria, tirar uma segunda via de um documento, se atender num postinho de saúde, entre outras coisas

Na primeira parte, minha compreensão do Estado é de que ele era algo realmente central, racional e impessoal e que era colocado em jogo por pessoas como seu Basílio . Ou seja, que essas pessoas a partir de brechas entrariam no Estado e o desestabilizariam.

Na segunda parte desse trabalho, a noção de margem oferece a oportunidade de perceber que o Estado é central, racional e impessoal apenas num modelo ideal, mas que essa não é a realidade. Que as políticas públicas e as leis são feitas conforme o movimento das pessoas, que as pessoas não desestabilizam o Estado, mas o fazem. Anteriormente eu acreditava que a contradição estava entre o Estado e as práticas e as pessoas, mas agora percebo que a contradição está entre o modelo ideal de Estado e aquilo que ele realmente é.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, Arjun. *Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional*. Novos Estudos (São Paulo) n.49, p. 33-49, 1997.

AZAÏSS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 328 p.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DAS, Veena e POOLE, Deborah (Eds). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. 352 p.

FALHAUBER, Priscila. Identidades contestadas e deslocamentos Miranha na fronteira Brasil-Colômbia. In: Roberto Cardoso de Oliveira; Stephen Baines. (Org.). *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, v. , p. -.

FERGUSON, James. “The Anti-Politics Machine. Development and Bureaucratic Power in Lesotho”. In: *The Ecologist*, Vol. 24, N. 5, September/October 1994.

FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. *Microfísica do Poder*. RJ, Edições Graal, 1979. (11ª impressão).

GUPTA, Akhil. 2012. *Red Tape. Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India*. Durham and London: Duke University Press, 2012.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. "Beyond Culture: space, identity and the politics of difference". In: *Cultural Anthropology*, 7 (1), feb. 1992.

JARDIM, Denise. Imigrantes ou refugiados?: Tecnologia de controle e as fronteiras. Jundiaí, Paco, 2017.

PEIRANO, Mariza. **This horrible time of papers:** documentos e valores nacionais. Serie Antropologia, Brasília, v.312, p. 32-63, 2002.

PEREIRA, I. K. S. "*Yo naci nuna frontera donde se juntan dos pueblos*": uma (auto)etnografia situada entre o Uruguai e o Brasil. 2015. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2015.

QUADRELLI, Andrea. A fronteira inevitável: um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Ed.) "Introdução ao Dossiê Fazendo Estado". *Revista de Antropologia, USP*, vol 55(2), julho-dezembro de 2012, p. 559-564.

WEBER, Max. - "Burocracia"; "O significado da disciplina"; In: _____. *Ensaio de sociologia*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.